|  |  |
| --- | --- |
| **Tema:** | Apuração do Índice de Participação dos Municípios |
| **Emitente:** | Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ |
| **Sistema** | Sistema de Tributos | **Código:** STB |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** Portaria nº 39-S/2018 | **Vigência:** 30/04/2018 |

|  |
| --- |
| OBJETIVO |

Gerenciamento das informações de operações realizadas nos Municípios e validação Notas de Produtor Rural para apuração do Índice de Participação do Município.

|  |
| --- |
| ABRANGÊNCIA |

* 1. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.
	2. Prefeituras Municipais.

|  |
| --- |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |

* 1. Lei Complementar nº 225, de 08/01/2002.
	2. Decreto nº 1090-R, de 25/10/2002.
	3. Decreto nº 3440-R, de 21/11/2013.
	4. Portaria nº 35-R, de 06/10/2014 (Apuração do IPM).

|  |
| --- |
| SIGLAS |

* 1. DOE – Diário Oficial do Estado.
	2. IPM – Índice de Participação do Município.
	3. NFP – Nota Fiscal de Produtor.

|  |
| --- |
| UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS |

* 1. Gerência de Arrecadação e Cadastro – GEARC.
	2. Subsecretária de Estado da Receita.

|  |
| --- |
| PROCEDIMENTOS |

* 1. Fluxos de Procedimentos



* 1. Diretrizes Gerais
		1. A GEARC elabora ofícios a outros órgãos do Estado solicitando informações complementares necessárias ao cálculo do IPM, tais como população, área do município, etc.
		2. Ao receber a resposta dos órgãos, um processo é autuado, no qual valores são incluídos no sistema de apuração do IPM e disponibiliza para que cada município visualize os seus valores respectivamente.
		3. Os valores agregados das empresas, referente ao ano base de levantamento ou retificação de anos anteriores, alimentam o sistema de apuração do IPM ao longo do período de cálculo.
		4. Alimenta o sistema de controle de Informações de nota fiscal de produtor, que por sua vez alimenta o sistema de apuração do IPM com as informações recebidas.
		5. A GEARC gera o IPM provisório.
		6. A GEARC deverá providenciar as minutas do decreto de IPM que o encaminha para o Secretário que redigirá o Decreto a ser publicado no DOE.
		7. Os Municípios poderão entrar com recursos contra fatos da apuração do IPM no prazo de até 30 dias após a publicação do IPM provisório.
		8. Havendo recurso(s), o Secretário convoca a comissão para julgamento em uma data específica.
		9. A GEARC realiza a publicação do Extrato do resultado do julgamento no Diário Oficial, informando a abertura de prazo para recurso contra o julgado, e a inclui no sistema próprio a íntegra do resultado para visualização do município impetrante.
		10. O Secretário analisa os recursos deferindo ou indeferindo.
		11. A GEARC deverá incluir no sistema de apuração do IPM todas as alterações oriundas dos deferimentos dos recursos ao IPM provisório.
		12. Após o prazo determinado na abertura do período de recursos, será gerado o IPM definitivo.
		13. O Secretário da Fazenda enviará a Minuta do Decreto com o IPM definitivo para publicar no DOE.

|  |
| --- |
| ASSINATURAS |

|  |
| --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO** |
| **Maria Elizabeth Pitanga Costa Seccadio**Subgerente da SUDOR | **Marta Gonçalves Achiamé**Supervisor de Área Fazendária |
| **Eduardo Pereira de Carvalho** Supervisor de Área Fazendária | **Eliane Canal Leite da Silva**Coordenadora de Projetos |
| **APROVAÇÃO:**  |
| **Bruno Funchal**Secretário de Estado da Fazenda | Aprovado em 30/04/2018 |